



Handwritten signature

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 11

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/05/2013
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 28/05/2013

ACTA Nº 11

----- Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 14 de maio de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - Publicação de Aviso no Diário da República

----- Foi presente um ofício do Ministério da Economia e do Emprego - Direção Geral de Energia e Geologia, a informar da publicação do Aviso no Diário da República do pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, antimónio, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, tungsténio e metais associados, nos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Arganil, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, requerido pela empresa EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiros a 25-03-2013. Procº MN/PPP/0335 "Escádia Grande". Mais informam que foi feita a publicação no Diário da República, 2ª série, nº 95 de 17 de maio de 2013, conforme cópia que juntam em anexo.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

- 2.1.1 - Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada**
- Evento desportivo em via pública
 - pedido de isenção de taxas
 - Ratificação

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a concessão de isenção de taxas, solicitada pelo Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada, no âmbito da Licença para o Exercício da Atividade de Realização de Espetáculos da Natureza Desportiva e Divertimentos Públicos, para a realização de um Encontro Regional de Multiatividades de Aventura inserido no Desporto Escolar para apuramento do campeão regional centro, que se realizou no dia 24 de maio na Vila de Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Município de Redondo

- Pedido de autorização para colocação de publicidade, no âmbito do evento "Ruas Floridas" - 3 a 11 de Agosto

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do pedido formulado pelo Município de Redondo, datado de 17/05/2013, nada a opor relativamente à colocação de publicidade na área deste Município, desde que se cumpra com a legislação em vigor (nomeadamente a colocação de publicidade junto das estradas nacionais). "-----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra

- Festa de Santo António
- Pedido de isenção de taxas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção do pagamento de taxas referente ao licenciamento da Festa de Santo António, a realizar nos dias 15 e 16 de junho em Santo António, na Vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.2.1 - ADESA - Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional - Atribuição de subsídio

----- Foi presente um e-mail da ADESA, datado de 23/05/2013, a comunicar que em cumprimento da deliberação da Direção da ADESA, em reunião realizada no passado dia 20/05/2013, solicitam que seja processada a atribuição de subsídio àquela associação, no valor de 7.032,93 €, para desenvolvimento de estudo e projeto para reestruturação, com vista à sua valorização e potencialização enquanto agente necessário ao desenvolvimento regional. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Protocolo de Colaboração entre o Instituto da Segurança Social, IP e o Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Instituto da Segurança Social, IP e o Município de Pampilhosa da Serra, cujo objeto consiste na entrega gratuita ao Instituto da Segurança Social, IP, e facultar o uso integral de uma sala de um imóvel de que o Município é proprietário e legítimo possuidor, sito na Vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, para a instalação do Serviço Local de Segurança Social de Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

2.3.2 - Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais, Freguesia de Unhais-o-Velho, do Concelho de Pampilhosa da Serra - Normas de Utilização e Arrendamento das suas frações

----- O Município de Pampilhosa da Serra assume como sua obrigação legal e política fomentar o desenvolvimento económico do concelho; para tal, urge promover medidas capazes de gerar riqueza local, de natureza económico-social, que se traduzam na captação de investimento empresarial para o concelho e, conseqüentemente, na criação de emprego, fixação de população e combate à desertificação. -----

----- Neste sentido, foi elaborado o presente documento que visa, fundamentalmente, estabelecer um conjunto de disposições gerais aplicáveis à concessão do arrendamento de três espaços/frações, vocacionados para a instalação de atividades industriais, comerciais e de serviços; pretendendo-se, por outro lado, apoiar e incentivar o investimento empresarial, por forma a contribuir para o processo de desenvolvimento equilibrado que se pretende implementar no concelho e para a criação de novas empresas e novos postos de trabalho. -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Dos espaços objeto de arrendamento)

1 - O Município de Pampilhosa da Serra levou a efeito a construção de um Edifício /Pavilhão no prédio urbano designado por lote nº 5, na Zona Industrial da Portela de Unhais, freguesia de Unhais-o-Velho, no concelho de Pampilhosa da Serra, inscrito na respetiva matriz predial urbana, daquela freguesia, sob o artigo 819 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob a ficha 836/20061018. -----

2 - O citado Pavilhão/Edifício é constituído por três frações autónomas, as quais serão objeto de arrendamento, atentas as disposições constantes no presente documento, com as seguintes características: -----

FRAÇÕES	ÁREA COBERTA	ÁREA DESCOBERTA	ÁREA TOTAL	COMPOSIÇÃO
A	285 m2	163 m2	1.190 m2	Rés do chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. Primeiro andar: espaço destinado a arrumos. Logradouro.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Inscrição matricial: 854 A		Descrição predial: 836/20061018 - A		
B	283 m2	370 m2	653,50 m2	Rés-do-chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. Primeiro andar: espaço destinado a arrumos. Dois logradouros.
Inscrição matricial: 854 B		Descrição predial: 836/20061018 - B		
C	286,50 m2	1.038,34 m2	1.324,84 m2	Rés-do-chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. Primeiro andar: espaço destinado a arrumos. Logradouro.
Inscrição matricial: 854 C		Descrição predial : 836/20061018 - C		

CLÁUSULA SEGUNDA

(Destino das Frações)

----- As frações, identificadas na cláusula anterior, destinam-se ao funcionamento de atividades industriais, comerciais e/ou de serviços.-----

CLÁUSULA TERCEIRA

(Duração do arrendamento)

1. O arrendamento das frações, que terá o seu início na data da assinatura do correspondente contrato, é feito pelo período de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por igual período de tempo, até ao limite máximo total de 20 (vinte) anos, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte. -----
2. Qualquer das partes pode opor-se à renovação automática do contrato, mediante comunicação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. -----
3. A antecedência a que se refere o número anterior reporta-se ao termo do prazo de duração inicial do contrato ou da sua renovação. -----
4. A inobservância da antecedência prevista no nº 2 não obsta à cessação do contrato, mas obriga ao pagamento do valor mensal correspondente ao período de pré-aviso em falta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA QUARTA

(Extinção do arrendamento)

1. O arrendamento das frações extinguir-se-á: -----
 - 1.1 - Por oposição à renovação, nos termos do nº 2 da cláusula antecedente; -----
 - 1.2 - Por acordo entre as partes que podem, a todo o tempo, revogar o contrato, mediante acordo escrito a tanto dirigido. -----
 - 1.3 - Por caducidade, findo o prazo contratual inicial estipulado ou das suas renovações; -----
 - 1.4 - Por denúncia, independentemente de qualquer justificação, devendo qualquer das partes manifestar a sua vontade nesse sentido, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 dias relativamente ao termo pretendido do contrato. A inobservância da antecedência prevista não obsta à cessação do contrato, mas obriga ao pagamento do valor mensal correspondente ao período de pré-aviso em falta. -----
 - 1.5 - Por resolução, em caso de incumprimento das obrigações constantes do presente documento, do contrato de arrendamento a celebrar, e das que decorrem da Lei. Para tal bastará a comunicação, devidamente fundamentada, da intenção de resolver o contrato ao arrendatário, para que o mesmo se possa pronunciar e deliberação da Câmara Municipal nesse sentido, a qual será comunicada com 30 dias de antecedência. -----
2. O Município não é responsável pelos efeitos da extinção do arrendamento nas relações contratuais estabelecidas entre o arrendatário e terceiros, não assumindo qualquer responsabilidade pelos débitos e obrigações contraídos pelo arrendatário, no âmbito da atividade desenvolvida na fração arrendada. -----

CLÁUSULA QUINTA

(Montante da Renda e Atualização)

1. O arrendatário pagará uma renda mensal de 0,75 € (setenta e cinco centimos) por m² de área coberta arrendada. -----
2. A renda mensal vencer-se-á no primeiro dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito, devendo ser paga nos oito dias subsequentes, na Secretaria da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
3. Constituindo-se o arrendatário em mora, o Município tem o direito de exigir, além do valor da renda, uma indemnização igual a 50% do que for devido, salvo se o contrato for resolvido com base na falta de pagamento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

4. Cessa o direito à indemnização ou à resolução do contrato se o arrendatário fizer cessar a mora no prazo de oito dias a contar do seu começo. -----
5. Enquanto não forem cumpridas as obrigações a que o nº 3 respeita, o Município tem o direito de recusar o recebimento das rendas correspondentes aos duodécimos seguintes, os quais são considerados em dívida para todos os efeitos.
6. A renda será atualizada anualmente em conformidade com o coeficiente de atualização legal aplicável aos diversos tipos de arrendamento. -----

CLÁUSULA SEXTA
(Autorização para obras)

1. Todas e quaisquer obras de reparação, alteração ou beneficiação que o arrendatário pretenda efetuar deverão ser sujeitas a autorização prévia e escrita da Câmara Municipal e, se sujeitas a projeto, este será apreciado pelos serviços municipais que emitirão o respetivo parecer. -----
2. O arrendatário deverá realizar as obras necessárias que obedecerão a todos os requisitos impostos pela legislação em vigor para a respetiva atividade, no prazo máximo de cinquenta dias contados a partir da assinatura do contrato de arrendamento, a não ser em casos devidamente justificados e atendidos, que o obriguem a ultrapassar o agora prescrito. -----
3. Todas e quaisquer benfeitorias, efetuadas pelo arrendatário, passam a fazer parte das instalações, propriedade do Município, sem que este seja obrigado a prestar qualquer pagamento, indemnização ou compensação. -----

CLÁUSULA SÉTIMA
(Subarrendamento)

----- O arrendatário não poderá subarrendar, comodatar, ceder ou, por qualquer meio, permitir o uso comercial dos espaços, objeto do arrendamento, por terceiros, total ou parcialmente, temporária ou definitivamente, a título gratuito ou oneroso, nem ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual, sem a concordância prévia da Câmara Municipal. -----

CLÁUSULA OITAVA
(Obrigações do Arrendatário)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

1. O arrendatário tem o prazo máximo de 60 dias, contados da assinatura do respetivo contrato de arrendamento, para iniciar a laboração no espaço arrendado, sem prejuízo do disposto no nº 4. -----
2. O arrendatário deverá usar efetivamente o espaço arrendado para o fim contratado. -----
3. O arrendatário não poderá manter o espaço, objeto de arrendamento, encerrado por um período superior a 40 dias úteis anualmente, sem prejuízo no disposto no nº 4. -----
4. O não uso pelo arrendatário do espaço arrendado, ultrapassados que sejam os prazos referidos nos números anteriores, deverá ser justificado perante a Câmara Municipal. A não justificação poderá implicar a aplicação do disposto no nº 1.5 da Cláusula Quarta. -----
5. O arrendatário fica obrigado a praticar todos e quaisquer atos necessários à conservação e manutenção do local arrendado. -----
6. Os montantes devidos pelo consumo de energia elétrica, telecomunicações, água, gás e quaisquer outros combustíveis ou fontes de energia ficam a cargo do arrendatário. -----
7. As licenças, taxas, multas e outros encargos decorrentes do exercício da atividade são da responsabilidade e conta do arrendatário, sendo ainda responsável por eventuais danos que no local arrendado venham a ser provocados. -----
8. O arrendatário não poderá utilizar o espaço, objeto do arrendamento, para fins/destinos diversos daqueles a que se reporta a cláusula segunda. -----
9. Os arrendatários deverão celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil, garantindo um valor mínimo de 50.000 Euros. Os arrendatários deverão também celebrar contratos de seguro do ramo multirriscos, com efeitos/direitos ressalvados a favor do Município de Pampilhosa da Serra, garantindo os seguintes valores mínimos: -----
 - Fração A: 171.855,00 Euros; -----
 - Fração B: 170.649,00 Euros; -----
 - Fração C: 172.760,00 Euros. -----
- 9.1 - Os arrendatários comprometem-se a apresentar as apólices e respetivos recibos previamente à assinatura do contrato de arrendamento. -----
- 9.2 - Todas as despesas da constituição dos seguros correrão por conta dos arrendatários, sendo certo que deverão, anualmente, exibir os recibos comprovativos do pagamento dos prémios dos seguros contratados. -----

CLÁUSULA NONA
(Visita aos Locais)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal, através do seu representante legal ou de alguém por si mandatado, poderá inspecionar o local arrendado, sem aviso prévio, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo arrendatário e demais legislação aplicável ao setor. -----

CLÁUSULA DÉCIMA

(Incumprimento)

1. Em caso de incumprimento das obrigações assumidas pelo arrendatário, a Câmara Municipal obriga-se a notifica-lo para que, no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, dê cumprimento às obrigações contratuais em falta. -----
2. Em caso de persistir o incumprimento, esgotado o prazo estipulado no número anterior, a Câmara Municipal poderá aplicar o disposto no nº 1.5 da Cláusula Quarta. -----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Restituição)

1. No termo do arrendamento, ou em caso de extinção do mesmo por qualquer causa ou modo previsto na Cláusula 4ª, o arrendatário fica obrigado a restituir ao Município o espaço, livre de quaisquer ônus ou encargos, limpo e devoluto de pessoas e bens e no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma normal e prudente utilização e às eventuais benfeitorias que tenham sido feitas. -----
2. Em caso de danificação do espaço, o Município promoverá a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessárias à reparação do espaço em questão, suportando os arrendatários os respetivos custos (atendendo ao preço médio de mercado para aquisição ou reparação dos mesmos, à data do termo do arrendamento). -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Candidatura)

- 1 - Os interessados no arrendamento das frações deverão apresentar a sua candidatura através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal no qual deverá constar: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- a) Identificação completa do interessado e/ou empresa, especificando se se trata de uma empresa nova, criação de sucursal/filial ou de transferência de empresa de outro concelho; -----
- b) Indicação do espaço pretendido; -----
- c) A atividade desenvolvida pela empresa e a atividade que se propõe desenvolver na fração pretendida; -----
- d) O número de postos de trabalho existentes; -----
- e) O número de postos de trabalho a criar. -----
- 2 - Não serão considerados, para efeitos de criação de novos postos de trabalho, a mera transferência para a empresa candidata e, consequentemente para trabalhar nas frações em questão, de funcionários de outra(s) empresa(s), sedeadas no concelho de Pampilhosa da Serra, da(s) qual(is) o candidato seja sócio e/ou gerente não sócio. -----
- 3 - São anexados ao dossier de candidatura: -----
 - a) Cópias das duas últimas declarações de IRS ou IRC, tratando-se o interessado de pessoa singular ou coletiva, respetivamente; -----
 - b) Cópias de B.I e N.I.F. ou Cartão de Cidadão e/ou Cartão da Empresa, Certidão Comercial e Pacto Social, tratando-se o interessado de pessoa singular ou coletiva, respetivamente. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Processo de Seleção)

- 1 - A seleção das candidaturas e adjudicação do arrendamento é feita pela Câmara Municipal, casuisticamente, tendo por base os seguintes critérios/fatores de ponderação:
 - a) Número de trabalhadores da empresa; -----
 - b) Novos postos de trabalho a criar; -----
 - c) Mérito para a política económica do Município. -----
- 2 - Para efeitos de atribuição do arrendamento relevará o número de postos de trabalho a criar e o mérito para o desenvolvimento empresarial do concelho. -----
- 3 - Para efeitos de análise das candidaturas/intenções de investimento, a Câmara Municipal pode designar uma Comissão de Análise composta por três elementos ou solicitar a respetiva análise a um técnico da autarquia. -----
- 4 - Sempre que julgue necessário a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a Comissão de Análise ou o Técnico poderão solicitar aos candidatos quaisquer elementos complementares de análise. Os candidatos deverão apresentar tais elementos, no prazo máximo de 10 dias, sob pena de ser considerada sem efeito a sua candidatura. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 5 - A Comissão de Análise ou o Técnico supra referidos ficam obrigados a um acompanhamento de todo o procedimento de candidatura e de apreciação prévia devendo apresentar à Câmara Municipal uma informação escrita.-----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Tramitação Processual)

- 1 - A Comissão de Análise ou o Técnico elaboram a informação referida no nº 4 do artigo anterior, no prazo de 10 dias a partir da data de receção da candidatura ou da receção dos documentos que posteriormente hajam sido juntos pelo candidato, o qual será submetido a apreciação do Executivo Camarário para deliberação. -----
- 2 - Excetuam-se da aplicação do prazo referido no número anterior, a análise das intenções de investimento, no concelho de Pampilhosa da Serra, já existentes nos Serviços da Autarquia, as quais serão tidas em consideração para efeitos de análise e atribuição de arrendamento, atento o respetivo mérito para o desenvolvimento empresarial do concelho de Pampilhosa da Serra. -----
- 3- Após deliberação tomada em sede de reunião do Executivo Camarário serão os candidatos ao arrendamento notificados, dispondo de um prazo de 10 dias para eventuais reclamações, que serão decididas pela Câmara Municipal, bem como para apresentar os documentos referidos na cláusula 15ª. -----
- 4 - A Câmara reserva-se o direito de não arrendar qualquer fração se o interessado pretender instalar uma atividade que não se coadune com a política empresarial definida pelo Município, em caso de manifesta incapacidade económica para implementar a atividade em causa ou se o julgar conveniente aos interesses do Município. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(Contrato de Arrendamento)

1. O arrendatário deverá, antes da data fixada pela Câmara Municipal para a celebração do contrato de arrendamento, apresentar os seguintes documentos: -----
- 1.1 - Cópia das apólices e respetivos recibos, comprovativos da celebração dos seguros a que alude o nº 9 da cláusula oitava; -----
- 1.2 - Documento de se encontrar regularizada a sua situação relativamente a contribuições para a Segurança Social, emitida pela Segurança Social. -----
- 1.3 - Declaração de que não se encontra em dívida para com o Estado Português por impostos, emitida pelos Serviços de Finanças. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2. Cumprida que seja a tramitação processual prevista na cláusula anterior e na presente e a verificação de que o adjudicatário não possui quaisquer dívidas ao Município de Pampilhosa da Serra, a Câmara Municipal comunicará ao adjudicatário, por meio de carta registada, o local, data e hora para celebração do contrato de arrendamento. -----
3. O presente documento ficará anexo ao contrato de arrendamento, dele ficando a fazer parte integrante. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

(Incumprimento da Candidatura)

- 1 - A Câmara Municipal poderá solicitar aos arrendatários, a todo o tempo, cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados e/ou das folhas de férias, a fim de verificar o cumprimento da candidatura apresentada, no que à criação de novos postos de trabalho respeita. -----
- 2 - O não cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, sem que o arrendatário apresente qualquer motivo justificativo que a Câmara Municipal considere atendível, poderá constituir motivo de resolução do contrato de arrendamento, atento o disposto na Cláusula Décima. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(Casos Omissos)

- Todas as omissões que, eventualmente, se verificarem no que concerne ao disposto no presente documento, no que respeita ao funcionamento das frações, serão resolvidas pela Câmara Municipal, ouvido o arrendatário. -----
- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PARTICULARES



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

3.1.1 - Restituição de taxas referente à alteração e ampliação de moradia unifamiliar, construção de anexo, piscina e muros sitos na Rua de São Miguel, nº 68 em Dornelas do Zêzere

- Processo nº 11/2013

- Requerente: Fernando José Ramos Gonçalves

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ Em 01/04/2013, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos serviços técnicos de obras, em 22/05/2013. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº128, de 01/04/2013. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 135,60 €, conforme discriminado no quadro em anexo. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 135,60 €, nos termos do disposto no nº 2 do artº 16º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Restituição de taxas referente à alteração e ampliação de moradia unifamiliar, sita na Rua de Santo Cristo, nº 8 em Janeiro de Baixo

- Processo nº 06/2013

- Requerente: João Urbano dos Reis Martins Gonçalves

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ Em 07/02/2013, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos serviços técnicos de obras, em 23/05/2013. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº 54, de 07/02/2013. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 100,20€, conforme discriminado no quadro em anexo. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 100,20€, nos termos do disposto no nº 2 do artº 16º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 – OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 – Reparação da Estrada Municipal entre Casal da Lapa e Vale da Abutra _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Casal da Lapa e Vale da Abutra”, a firma Construções TOPBET-Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos Betuminosos, S.A., apresentou em 24/04/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 21 de maio de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº José Luís Alves Padilha. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada.--

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia autónoma nº 2008.00305, emitida pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. em 03/07/2008 de 1.456,00 € para 145,60 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra _ Liberação de caução



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra”, a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de maio de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia Bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A., em 03/05/2011 no montante de 15.927,10 €. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A em 03/05/2011 no montante de 15.927,10 € para 11.148,97 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 - Requalificação de Arruamentos_Pampilhosa da Serra_Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Requalificação de Arruamentos_Pampilhosa da Serra”, a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de maio de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Retenção de 3.183,00 € aquando do pagamento do auto de trabalhos nº 1 e final;-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Restituição do montante de 954,90 € correspondente a 30% do valor das garantias existentes. À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - GABINETE DE TURISMO

4.1.1 - Participação na Feira Internacional de Artesanato - 2013

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor:-----

----- “ O Gabinete de Turismo vem por este meio informar que no âmbito da participação na Feira Internacional do Artesanato - 2013, e no seguimento da estratégia de marketing territorial elaborada por este Município para a área do turismo, vimos informar que os custos para o espaço de 81 m2 x 4 frentes são de 7.634,25 €, acrescido da taxa legal em vigor de 23%, com o valor total de 9.390,12 €. À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

5 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - EDUCAÇÃO

5.1.1 - Ano Letivo de 2013 / 2014 - Aquisição de Manuais Escolares

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

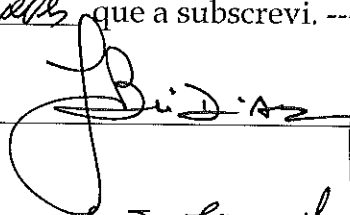
----- *"No âmbito do Programa "Na Escola com a Sacola" e por forma a assegurar às crianças e jovens que estudam no Concelho a gratuitidade dos manuais escolares, apoiando deste modo as famílias nas despesas de educação dos seus educandos, vimos por este meio propor a V.Exª a continuidade desta medida.* -----

----- *Assim, à semelhança de anos anteriores, propõe-se a abertura das inscrições para o ano letivo de 2013/2014, de 03 a 28 de junho de 2013, através do preenchimento de formulário anexo e de acordo com as regras e procedimentos nele evidenciados. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, *João Manuel Almeida Neves* que a subscrevi. -----



João Manuel Almeida Neves